



## TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NO MUNICÍPIO DE NORMANDIA/RR.

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Elaboramos o presente Termo de Referência, com base no Artigo 6º, inciso XXIII da Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021, que estabelecem normas gerais de licitação e contratação, objetivando Contratação de perfuração de poços artesianos através do Sistema de Registro de Preços buscando atender a demanda existente das comunidades indígenas do município de Normandia/RR.
- 1.2 A pretensa contratação tem por objetivo atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por um período de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação no Diário Oficial podendo ser prorrogada por igual período observando o interesse público e a critério da contratante em comum acordo com o contratado na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3 O quantitativo abaixo refere-se as demandas existentes no município a partir do levantamento técnico realizado e todas as características descritas são parâmetros mínimos exigidos para o fornecimento dos produtos as quais serão solicitados individualmente.

### 1.4 PLANILHA DE ITENS

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit com BDI	Total
<b>1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO LOCAL DA OBRA</b>		<b>1</b>	<b>240.109,07</b>	<b>240.109,07</b>
1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	un	1	240.109,07	240.109,07
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO</b>		<b>1</b>	<b>502.516,11</b>	<b>502.516,11</b>
2.1	Transporte de perfuratriz rotativa até 250 (mínimo 100km)	km	893,3	33,74	30.139,94
2.2	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 3300 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 5,8 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 7,60 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF 03/2016	CHP	720	371,84	267.724,80
2.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020	TXKM	1169,36	2,72	3.180,65



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



2.4	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	2728,51	1,07	2.919,50
2.5	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	23905,61	2,95	70.521,54
2.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	30	583,90	17.517,00
2.7	CANTEIRO DE OBRAS - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	MÊS	12	9.209,39	110.512,68
<b>3</b>	<b>CAPTAÇÃO EM POÇO SEMI ARTESIANO</b>		<b>1</b>	<b>2.472.515,01</b>	<b>2.472.515,01</b>
3.1	Perfuração em Sedimento / Camadas inconsolidadas DN 8.1/2" até 150m	m	3600	250,79	902.844,00
3.2	Pré-Filtro Comum - Cascalho de Quartzo Arredondado	m³	42,56	2.046,08	87.081,16
3.3	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF_08/2019	m³	4,26	1.329,84	5.665,11
3.4	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	3,63	137,36	498,61
3.5	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	m³	3,58	918,24	3.287,29
3.6	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	3,58	439,47	1.573,30
3.7	Preparo de Concreto para Laje de Proteção nas Dimensões de 1,00M X 1,00M X 0,15M	M3	8,84	1.237,20	10.936,84
3.8	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021	m²	36	174,35	6.276,60
3.9	Tampa de Poço Galvanizada DN 8"	un	60	144,56	8.673,60
3.10	Ensaio de Vazão com Compressor 125psi / 250cfm	h	720	335,77	241.754,40
3.11	Fornecimento e instalação de conjunto motobomba submersa de 110V, 280w, para vazão de 1.500L/H, altura manométrica máx. de 60m.c.a, incluindo cabos elétricos, presilhas, eletrodutos, tubo e luva galvanizada, tampa, braçadeira, curva, niple galvanizado, registro, cavalete com Ø 1".	und	60	6.279,07	376.744,20
3.12	Fornecimento e instalação de clorador de pastilhas para poço artesiano.	un	60	564,12	33.847,20



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



3.13	Fornecimento e Instalação de Tubo Pvc Geomecânico 6" (150 mm).	M	2676	148,65	397.787,40
3.14	Fornecimento e Instalação de Filtro Pvc Geomecânico 6" (150 mm).	M	960	282,91	271.593,60
3.15	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3XKM	12330,4	4,08	50.308,03
3.16	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3XKM	8220,27	3,23	26.551,47
3.17	Análise Físico-química da Água	un	60	714,14	42.848,40
3.18	Análise Bacteriológica da Água	un	60	70,73	4.243,80
<b>4</b>	<b>TORRE CAIXA D'ÁGUA MADEIRA</b>		<b>1</b>	<b>568.880,40</b>	<b>568.880,40</b>
4.1	ESTRUTURA DE MADEIRA PROVISÓRIA PARA SUPORTE DE CAIXA D'ÁGUA ELEVADA DE 1000 LITROS. AF 03/2024	UN	60	7.712,88	462.772,80
4.2	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2021	UN	60	684,00	41.040,00
4.3	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	M	600	22,98	13.788,00
4.4	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	M	2700	6,93	18.711,00
4.5	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 04/2024	UN	240	26,06	6.254,40
4.6	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 04/2024	UN	240	45,58	10.939,20
4.7	TÊ, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 04/2024	UN	60	30,79	1.847,40
4.8	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 50 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2021	UN	120	54,44	6.532,80
4.9	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	UN	120	12,25	1.470,00
4.10	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	UN	180	26,55	4.779,00



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



4.11	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 04/2024	UN	60	12,43	745,80
<b>5</b>	<b>SISTEMA FOTOVOLTAICO</b>		<b>1</b>	<b>231.348,00</b>	<b>231.348,00</b>
5.1	ESTRUTURA PARA PLACAS SOLARES EM PERFIL DE AÇO, PINTADO E COM BASE DE CONCRETO	und	60	1.943,40	116.604,00
5.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAINEL FOTOVOLTAICO 1 X 2M	und	120	956,20	114.744,00

1.5 As quantidades constantes na planilha são estimativas, não se obrigando a Administração pela contratação/aquisição total, face ao disposto no art. 125, da Lei nº. 14.133/2021, em sua atual redação, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

1.6 O objeto desta licitação, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontrada no mercado. (Art. 6º, XIII, Lei n.14.133/2021).

1.7 Não se vislumbra outra que não seja a contratação através do SRP em atendimento demandas das secretarias desta administração, a qual vem se mostrando a mais viável economicamente nos últimos anos.

1.8 A vigência da Ata de Registro de preço será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação no Diário Oficial dos Municípios e Portal Nacional de Compras Públicas (PCNP), podendo ser prorrogada por igual período observando o interesse público e a critério da contratante em comum acordo com o contratado na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

## **1.9 Dos órgãos participantes**

### **1.9.1. São órgãos participantes deste Registro de Preços:**

#### **a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Administração Pública Municipal possui a necessidade de garantir o acesso à água potável para atendimento das demandas das comunidades do município de Normandia/RR, especialmente das comunidades indígenas localizadas em áreas rurais e de difícil acesso, muitas das quais não dispõem de sistema regular de abastecimento de água. A ausência ou insuficiência de fontes seguras de água potável compromete diretamente as condições de vida da população, além de afetar o funcionamento adequado de escolas, unidades de saúde e demais serviços públicos existentes nas comunidades.

2.2 Considerando a realidade dessas localidades, torna-se necessária a execução de serviços voltados à implantação de sistemas de abastecimento de água, compreendendo a **perfuração de poços artesianos e a instalação da infraestrutura necessária para distribuição da água**, incluindo



fornecimento e instalação de **conjunto de bombeamento, reservatório (caixa d'água) e rede de encanamento para condução e distribuição da água às áreas atendidas**. A implantação desses sistemas permitirá garantir o acesso à água potável para consumo humano, contribuindo diretamente para a melhoria das condições sanitárias e de saúde pública das comunidades indígenas do município.

2.3 Justifica-se, portanto, a necessidade da contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços mencionados, visando assegurar o acesso contínuo à água potável nas comunidades indígenas do município de Normandia/RR.

## 2.2. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

2.2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de ampliar o acesso à água potável nas comunidades indígenas do município de Normandia/RR, muitas das quais não dispõem de sistema adequado de abastecimento. Em diversas localidades, a população depende de fontes alternativas de água, como igarapés, cacimbas ou captação improvisada, que frequentemente não atendem aos padrões mínimos de potabilidade e segurança sanitária.

2.2.2. A ausência de infraestrutura adequada para captação, armazenamento e distribuição de água potável representa um fator de risco à saúde pública, podendo contribuir para a ocorrência de doenças de veiculação hídrica e comprometer as condições básicas de higiene e qualidade de vida das comunidades atendidas. Além disso, a falta de abastecimento regular de água impacta diretamente o funcionamento de equipamentos públicos instalados nessas localidades, como escolas e unidades de saúde.

2.2.3. Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de **perfuração de poços artesianos ou semiartesianos e implantação de sistemas de abastecimento de água**, compreendendo a instalação de conjunto de bombeamento, reservatório e rede de distribuição, com o objetivo de garantir o fornecimento de água potável às comunidades beneficiadas.

2.2.4 O SRP é também um instrumento eficaz de controle de gastos, uma vez que a administração não é obrigada a contratar a totalidade dos itens registrados, o que lhe garante autonomia na contenção de gastos, levando em consideração ainda a possibilidade de conseguir uma economia de grande escala pelo quantitativo a ser licitado.

## 3. DA METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES MÉDIOS

3.1 Os quantitativos relacionados na planilha foram definidos com base em **estudo prévio de demanda realizado nas comunidades atendidas pelo Município**, no qual foram identificadas as necessidades de abastecimento de água, considerando-se o número de famílias atendidas, as condições atuais de fornecimento e a necessidade de implantação de sistemas de captação, reservação e distribuição de água.

3.2 Os quantitativos previstos para contratação serão conforme solicitação da Secretaria de infraestrutura, os quais serão solicitados de acordo com a programação do serviço.

3.3 Os quantitativos previstos para contratação representam **estimativa de consumo anual**, podendo



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



ser utilizados conforme a necessidade das Secretarias demandantes, mediante programação dos serviços e disponibilidade orçamentária, observando-se que a Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à contratação da totalidade estimada.

3.4 Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos (SINAPI, SICRO, ORSE) e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

3.5 Destacamos que no mercado existe um número de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência, visando a obtenção de melhores preços.

3.6 Assim sendo o valor total estimado para a contratação pretendida pelo período de 12 (doze) meses para atender as demandas das Secretarias é de **R\$ 4.015.368,59** (*quatro milhões quinze mil trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos*). Dentro do prazo máximo de validade da ata de registro de preços.

3.7 O propósito da pesquisa de preços, segundo prevê o caput do artigo 23, é conhecer o valor real de mercado, informação fundamental para a avaliação das propostas bem como para se concluir pela viabilidade econômica ou não da contratação. 3.8 Os preços finais ofertados deverão ser os preços máximos praticados para comercialização na região conforme os preços praticados no mercado, os quais serão confrontados.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1 Considerando o levantamento de demanda realizado nas comunidades do Município de Normandia/RR, verificou-se a necessidade de implantação de soluções de abastecimento de água destinadas a atender localidades que enfrentam dificuldades de acesso à água potável, seja pela inexistência de sistemas adequados de captação, seja pela insuficiência das estruturas atualmente disponíveis.

4.2 Como solução técnica para o problema identificado, optou-se pela **contratação de empresa especializada para execução de poços tubulares profundos (poços artesianos)**, contemplando os serviços de perfuração, instalação de revestimentos, desenvolvimento do poço, testes de vazão e implantação do sistema básico de distribuição de água, incluindo bomba, reservatório e tubulações necessárias ao funcionamento do sistema.

4.3 A contratação será realizada por meio de **Ata de Registro de Preços**, considerando que a demanda pelos serviços poderá ocorrer de forma gradual, de acordo com a necessidade identificada em cada comunidade, possibilitando maior flexibilidade administrativa e eficiência na gestão dos recursos públicos.

4.4 O procedimento licitatório será realizado na modalidade **Pregão Presencial**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços comuns de engenharia cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

4.5 A solução proposta permitirá à Administração Municipal atender de forma mais célere às





ESTADO DE RORAIMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS



demandas das comunidades rurais e localidades que enfrentam escassez de água, contribuindo para a melhoria das condições sanitárias, da saúde pública e da qualidade de vida da população.

4.6 Ademais, a utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita maior racionalização das contratações, permitindo que os serviços sejam executados conforme a necessidade do Município durante o período de vigência da ata, evitando contratações emergenciais e garantindo maior economicidade e planejamento das ações públicas.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A empresa a ser contratada deverá possuir **capacidade técnica profissional compatível com o objeto da contratação**, comprovada por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a execução de serviços similares ao objeto desta contratação, especialmente relacionados à **perfuração de poços tubulares profundos e implantação de sistemas de abastecimento de água**.

5.2 A contratada deverá possuir em seu quadro técnico **profissional legalmente habilitado**, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, responsável técnico pela execução dos serviços, devendo ser apresentada a respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** referente às atividades a serem desenvolvidas.

5.3 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as **normas técnicas vigentes**, especialmente aquelas relacionadas à perfuração de poços tubulares profundos, bem como demais normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e orientações dos órgãos competentes.

5.4 A empresa contratada deverá dispor de **equipamentos, máquinas e ferramentas adequadas para a execução dos serviços**, incluindo perfuratriz apropriada para perfuração de poços tubulares profundos, bem como todos os equipamentos necessários à instalação dos componentes do sistema de captação e distribuição de água.

5.5 A execução dos serviços deverá observar as **condições ambientais e geológicas da região**, bem como as orientações técnicas necessárias para garantir a qualidade da água captada e a durabilidade das estruturas implantadas.

5.6 A contratada deverá cumprir todas as **normas de segurança do trabalho e legislação trabalhista vigente**, sendo responsável pelo fornecimento de equipamentos de proteção individual – EPI aos seus colaboradores e pela adoção das medidas necessárias para garantir a segurança durante a execução dos serviços.

5.7 Os serviços serão executados conforme demanda da Administração Municipal durante a vigência da **Ata de Registro de Preços**, mediante emissão de ordem de serviço específica, observando-se os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

## 6. DAS CONDIÇÕES GERAIS E INSTALAÇÃO DOS NOVOS POÇOS ARTESIANOS

6.1 Os serviços de perfuração dos poços, deverão ser obedecida as normas da ABNT e as dos órgãos



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



públicos, e deverão ser executados no local informado pelas secretarias solicitantes.

6.2 As despesas relacionadas a custeio com deslocamento aos locais de perfuração, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos, ficam a cargo exclusivo da Contratada.

6.3 O local para perfuração do poço deverá ser devidamente preparado para receber os equipamentos e seus acessórios.

6.4 A área do serviço deverá ser convenientemente protegida evitando-se a entrada de animais e pessoas estranhas que possam prejudicar a ordem e o bom andamento dos trabalhos.

6.5 Deverão ser tomadas todas as precauções para evitar quaisquer tipos de acidentes na área de serviço, adotando-se, para isto, medidas gerais de proteção e segurança, de acordo com a ABNT, Ministério do Trabalho, bem como as normas e procedimentos da Vigilância Sanitária utilizadas pela CONTRATANTE.

6.6 Todos os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores e seus custos são de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

6.7 Os serviços somente se iniciarão após a emissão, pela fiscalização da CONTRATANTE, da **Ordem de Serviço**, onde constará a descrição do serviço pretendido.

6.8 As Ordens de Serviço, emitidas pela CONTRATANTE e aprovadas pelas partes, passarão a integrar o contrato como seus anexos, para todos os efeitos.

6.9 A CONTRATADA não poderá executar quaisquer serviços que não constem na Ordem de Serviço aprovada;

6.10 Os níveis de água serão medidos pela manhã, antes do reinício dos trabalhos, e à tarde, no término do turno de trabalho, durante as diversas fases da perfuração, e, ainda, as variações eventuais no decorrer da marcha dos trabalhos.

6.11 O fornecimento de materiais, como ferramentas, utensílios e equipamentos necessários à execução dos trabalhos se farão por conta da CONTRATADA.

6.12 A mão de obra a ser utilizada pela CONTRATADA, correrá por conta única e exclusiva da mesma.

6.13 Correrão por conta única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, encargos sociais e custos que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços aqui especificados, bem como despesas com locomoção, hospedagem e alimentação do pessoal.

6.14 A troca das peças será de inteira responsabilidade da Contratada incluso mão-de-obra, compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios), aqueles que por ventura apresentarem defeitos prejudicando a qualidade do objeto, conforme os manuais e normas técnicas específicas emitidas pelo fabricante.





**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



6.15 O perfeito funcionamento dos poços artesianos perfurados é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, portanto, a mesma deverá ler e analisar atentamente as Normas vigentes. Sob nenhuma hipótese poderá alegar o desconhecimento do conteúdo destas.

6.16 A vigência da Ata de Registro de preço será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação no Diário Oficial dos Municípios e PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, podendo ser prorrogada por igual período observando o interesse público e a critério da contratante em comum acordo com o contratado na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

6.17 A vigência contratual será de 12 (doze) meses, com início a partir da data da assinatura do mesmo e publicação no Diário Oficial dos Municípios e Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, observado

## **7. SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não é permitida a subcontratação na totalidade do fornecimento do serviço do Contrato. Qualquer subcontratação parcial só poderá ser feita com prévia autorização da Prefeitura Municipal de Normandia/RR, permanecendo, no entanto com integral responsabilidade pelo cumprimento do fornecimento a ser contratado;

## **8. GARANTIA DOS SERVIÇOS**

8.1. A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados atendendo as especificações técnicas apresentadas na planilha descrita no item 1.4 deste termo;

8.2. Após a realização dos serviços, o licitante apresentará um relatório dos serviços prestados confrontando com as especificações contidas neste instrumento convocatório, considerando a especificação da proposta de preços parte integrante do contrato;

8.3. A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, e arcar com os prejuízos à Prefeitura Municipal de Normandia/RR, caso os serviços não estiverem condizentes com o objeto contratado.

## **9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1.1 A Empresa contemplada para prestar os serviços descritos no objeto deste Termo de Referência fica ciente que o profissional deverá ficar a disposição da Prefeitura Municipal, durante o período definido pela Secretaria, de acordo com os interesses do Município, que será avisado com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.2 Os serviços serão prestados nos lugares definidos pela Secretaria de Infraestrutura, de acordo com o serviço e localidades.

9.1.3 O recebimento dos serviços mencionados no item 1.4 deste Termo de Referência será em dias úteis, das 07h30 às 13h30, horário local, sendo os mesmos recebidos e conferidos pelo Gestor e Fiscal de Contrato que estejam designados/nomeados para tal função.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



9.1.4 Os funcionários deverão apresentar-se uniformizados e identificados.

9.1.5 Fornecer todos os materiais necessários a execução do serviço.

9.1.6 Refazer os serviços não aceitos, sem ônus para a Contratante, em desconformidade com as especificações deste termo de referência, sem que resulte em atraso na execução do serviço

## 9.2 DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.2.1 Recebimento Provisório (art. 140 I, a, da Lei 14.133/21) - provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

9.2.2 Recebimento Definitivo (art. 140 I, b, da Lei 14.133/21) – definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais que consiste na verificação da qualidade dos serviços prestados e sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (dias) corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo;

9.2.3 Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após a realização dos serviços, não sendo necessário o recebimento provisório;

9.2.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, se houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

9.2.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

9.2.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

9.2.7 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas neste Termo de Referência e seus apêndices;

9.2.8 Só será reconhecida a realização dos serviços, se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum serviço contido na nota for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data da nova realização será a data do fechamento do empenho com todos os serviços realizados conforme solicitado.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



9.2.9 A comissão de recebimento da secretaria citada acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto/serviço, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e a qualidade dos serviços.

9.2.10 Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere às dimensões, qualidade ou quantidade dos serviços executados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sendo a contratada formalmente comunicada para emissão de Nota Fiscal/Fatura referente apenas à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento, permanecendo a parcela controvertida suspensa até a devida apuração e solução da divergência.

9.2.11 Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta, com qualidade inferior à contratada, ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, refazer os serviços de imediato, sem ônus ao erário público. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

## **10. DA GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a execução das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 4172 de 22 de março de 2023, art. 9).

10.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

10.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. Decreto Municipal nº 4172 de 22 de março de 2023, art. 8).

10.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 4172 de 22 de março de 2023, art. 8).

10.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **11. COMPETE AO GESTOR DO CONTRATO:**

11.1 Art. 8º. O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme comissão nomeada ou o que vier substituir, especialmente:

- I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - Analisar eventuais alterações contratuais, depois de ouvido o fiscal do contrato;
- IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- VII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- VIII - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

IX - Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

X - Outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente do Município, e previamente designado pela autoridade administrativa signatária do contrato.

## **12. COMPETE AO FISCAL DO CONTRATO:**

12.1. Art. 9º. O fiscal de contrato é, preferencialmente, o servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme comissão nomeada ou o que vier substituir.

§ 1º O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

§ 2º A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Regulamento.

§ 3º O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ser profissional legalmente habilitado para atuar na área específica em que se enquadram os serviços contratados, necessariamente registrado no CFT, CREA, CAU ou equivalente, formalmente designado pelo ordenador de despesa ou por quem este designar, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução da obra ou serviço de engenharia in loco.

Art. 10. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, conforme comissão nomeada ou o que vier substituir, especialmente:

I - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

IV - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

V - Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VII - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

IX - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

X - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



dos serviços ou das obras;

XI - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

XII - verificar a correta aplicação dos materiais;

XIII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XV - Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XVI - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ARTs do CREA e/ou RRTs do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores; b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento; c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XVII - outras atividades compatíveis com a função.

§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. § 2º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§ 3º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

§ 4º O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

§ 6º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções





**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 7º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
- b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
- c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;
- j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - No caso de cooperativas:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
- b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
- c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
- d) comprovante da aplicação do FATES Fundo Assistência Técnica Educacional e-Social;
- e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
- f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público OSCIPs e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

§ 8º. Além do cumprimento do § 7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em, CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.

### **13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

13.2 Solicitar formalmente à Contratada, mediante requisição acompanhada da nota de empenho,



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



pela contratação do serviço;

13.3 Efetuar o recebimento provisório dos produtos no ato de sua entrega desde que venham acompanhados da Nota Fiscal; O recebimento provisório não implica aceitação do objeto.

13.4 Emitir o termo de recebimento definitivo da entrega do objeto, após a verificação do cumprimento das especificações dos mesmos.

13.5 Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa dos serviços, os que forem verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

13.5.1 O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa dos produtos, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.

13.6 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento; analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;

13.7 Determinar à Contratada, mediante notificação, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação e prazos de entrega;

13.7.1 A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação;

13.8 Realizar os pagamentos dentro dos prazos legais determinados;

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1 Executar os serviços de acordo com as especificações previstas nas Solicitações e devem estar de acordo com o conceito para controle de qualidade.

14.2 Ressarcir a Prefeitura Municipal de Normandia/RR ou a terceiros qualquer dano causado por seus empregados ou prepostos, durante o fornecimento dos serviços;

14.3 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, inclusive seguros de acidente, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento dos produtos;

14.4 Não subcontratar a totalidade do fornecimento, objeto do Contrato. Qualquer subcontratação parcial só poderá ser feita com prévia autorização da Prefeitura Municipal de Normandia/RR, permanecendo, no entanto com integral responsabilidade pelo cumprimento do fornecimento a ser contratado;

14.5 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de regularidade junto ao FGTS, Trabalhista e às Fazendas Federal, Estadual, Municipal, apresentando os respectivos comprovantes sempre que exigidos;

14.6 Remeter as Secretarias Municipais os relatórios emitidos durante o mês, acompanhado da correta Nota fiscal, para efeito de pagamento.

14.7 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto fornecido;

14.8- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

14.9- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto desta licitação;

14.10- Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação;

14.11- Comunicar a Requisitante, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no contrato social durante o período que abrange prazo total da entrega dos produtos, bem



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



como apresentar documentos comprobatórios;

14.12- Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor encarregado de acompanhar e quando for o caso, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

14.13 - Os licitantes deverão apresentar preços unitários compostos com todos os encargos, taxas, entre outros, sendo este a única remuneração pelos serviços prestados. Os preços unitários e totais, não serão objetos de reajustamento.

14.14 Fornece os EPI's necessários aos seus empregados de acordo com o serviço a ser realizado, tais como; (luvas de proteção, protetor de audição, avental, máscara respiratória, protetor auricular, entre outros)

## **15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM, em regime aberto.

### **15.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

15.2.1 Qualificação jurídica: Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

15.2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; (cartão CNPJ)

15.2.3 Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

15.2.4 Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

### **15.3 Qualificação técnica:**

15.3.1 Apresentar Certificado de Registro da Licitante e de seu Responsável Técnico no CREA da região a que estiver vinculado;

15.3.2 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010), na qual constem todos os seus responsáveis técnicos, com jurisdição sobre o domicílio da sede da LICITANTE;

15.3.3 Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA/CAU da jurisdição do domicílio do profissional, em nome de cada integrante da Equipe Técnica do subitem onde conste atribuição



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



compatível com a área de atuação indicada pela licitante;

15.3.4. Apresentar DECLARAÇÃO de Visita Técnica a ser fornecida pela Prefeitura municipal de Normandia. As visitas ao local das obras, a serem feitas pelo Representante da Licitante, deverão ser solicitadas em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços e esta solicitação deverá ser feita à CCL do município, por meio escrito e protocolado no protocolo geral da CCL para atendimento até 03 (três) dias úteis antes da licitação. No requerimento supracitado deverão constar os dados da empresa, o nome do representante, a comprovação de seu vínculo com a licitante (Contrato social da empresa ou Contrato de prestação de serviços, celebrado (s) em conformidade com a legislação civil comum ou Carteira de Trabalho), a indicação do número do edital e seu respectivo objeto.

- a) As visitas deverão ser realizadas pelo representante legal e responsável técnico da licitante;
- b) No momento da realização da visita técnica, o representante da licitante deverá apresentar documento (com foto) que o identifique;
- c) As visitas técnicas obrigatórias para efeito de habilitação não eximem as licitantes de realizar, por conta própria, as análises, inspeções e verificações necessárias à elaboração de sua proposta. E, ainda, todos os gastos relacionados com essas providências correrão por conta da licitante.

15.3.5. Caso a empresa licitante tenha conhecimento das informações necessárias sobre o local onde os serviços serão executados e não deseje efetuar a visita, deverá apresentar DECLARAÇÃO formal assinada pelo representante da empresa e responsável técnico, sob as penas da lei, do declínio do direito da visita técnica e de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato, citando expressamente que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que sejam avenças técnicas ou financeiras com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA. Na declaração supracitada deverá constar os dados da empresa, o nome do representante, seu vínculo com a licitante a indicação do número do edital e seu respectivo objeto.

15.3.6. Apresentar comprovação da existência em quadro permanente da licitante na data prevista para entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços, profissional(is) de nível superior reconhecido pela entidade competente (CREA/CAU), sendo 01 (um) ENGENHEIRO CIVIL e 01 (um) GEÓLOGO.

15.3.7. Entende-se, para os fins da licitação, como pertencente ao quadro permanente:

- a) Sócio: cópia do Contrato Social ou último aditivo se houver devidamente registrado no órgão competente contemplando o nome do profissional;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social ou último aditivo se houver devidamente registrado no órgão competente contemplando o nome do profissional ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa relacionando o nome do profissional em se tratando de sociedade anônima;
- c) Funcionário: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS comprovadamente atualizada em nome do profissional;
- d) Responsável Técnico: Contrato Social ou último aditivo se houver devidamente registrado no órgão competente contemplando o nome do profissional ou Contrato firmado de prestação de serviço;

15.3.9. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de em nome do (s) responsável (is) técnico



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



(s) que fazem parte do quadro permanente da licitante, executou serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado, na quantidade mínima e por profissional requisitado no subitem 15.3.6:

15.3.9.1. Para o profissional ENGENHEIRO CIVIL:

ENGENHEIRO CIVIL				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MIN
1	ESTRUTURA DE MADEIRA PROVISÓRIA PARA SUPORTE DE CAIXA DÁGUA ELEVADA DE 1000 LITROS. AF 03/2024	M	60,0	15,00
2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020	M	23.905,61	5976,40
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020	TXKM	23.905,61	5976,40

15.3.9.2. Para o profissional GEÓLOGO:

GEÓLOGO				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD TOTAL	QTD MIN
1	PERFURAÇÃO EM SEDIMENTO / CAMADAS INCONSOLIDADAS DN 8.1/2" ATÉ 150M	M	3.600,0	900,00
2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO PVC GEOMECÂNICO 6" (150 MM).	M	2.676,0	669,00

15.3.10. Declaração da licitante que o(s) responsável(eis) técnico(s) indicados no subitem 15.3.6 pertencem ao quadro da empresa e que acompanhará (ão) a execução dos serviços, destacando o nome, CPF, e registro no CREA/CAU do profissional, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, em conformidade com a Lei 14.133/2021, e nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017.

15.3.11. Declaração comprovando que recebeu todas as peças relativas à licitação: editais, orçamentos, cronogramas, memoriais, especificações, plantas gráficas e outros materiais pertinentes à licitação, assinada por seu(s) representante(s) legal (is) e seus responsáveis técnicos.

15.3.12. A licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO de que têm pleno conhecimento das condições existentes e da natureza dos serviços a serem executados (condições dos locais para a execução do objeto), assinada por um profissional que possua conhecimento técnico suficiente para tal incumbência, não podendo a licitante pleitear posteriormente qualquer desconhecimento do local.

15.3.13. Anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(is) apresentado(s)



**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá(ão) participar na execução dos trabalhos

15.3.14. Deverá ser apresentada declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução do Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria in loco pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

15.3.15. A licitante deverá apresentar Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, ou de norma específica (art. 2º, IN 6/2013).

15.3.16 Apresentar Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.3.17 Os atestados e acervos para efeito de qualificação técnica poderão conter um ou mais itens exigidos, admitindo-se, o somatório dos quantitativos.

15.3.18 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços;

## **16. DA JUSTIFICATIVA DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. O sistema de registro de preços poderá ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações de bens e serviços, conforme art. 63 do Decreto municipal 4175 de 22 de março de 2023, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma secretaria, órgão, entidade ou a programas de governo; ou IV - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

16.2. O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

16.3. O Sistema de Registro de Preços apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se,





**ESTADO DE RORAIMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**



por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

16.4. O presente registro de preços relacionado a contratação pretendida se enquadra nas hipóteses de I e III, considerando a necessidade de contratações frequentes e também pelo o fato do atendimento a todas as secretarias, por isso se a contratação não se prover via registro de preços, teríamos que reprisar várias vezes ao ano, o que demonstra ineficiência na eleição da forma de contratação em afronto ao princípio da eficiência, sem contar no fluxo de processos de uma mesma categoria o que levaria gastos excessivos com publicações desnecessária por se tratar do mesmo objeto.

## **17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. A vigência da Ata de Registro de preço será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação no Diário Oficial dos Municípios e Portal Nacional de Compras (PNCP) podendo ser prorrogada por igual período observando o interesse público e a critério da contratante em comum acordo com o contratado na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 As condições e regras encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, anexo do edital.

## **18. DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDOR**

18.1. Para as licitantes que registraram a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

18.1.1. Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

18.1.2. A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.

18.1.3. Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

18.1.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

## **19. ANEXOS QUE COMPÕE ESTE TERMO DE REFERÊNCIA**

- I - Estudo Técnico Preliminar
- II - Análise de Riscos
- III- Garantia orçamentária
- IV- Relação de itens



ESTADO DE RORAIMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS



Normandia/RR, 16 de março de 2026.

Solicitado e aprovado por:

---

**JOSÉ BRIZOLA RAPOSO**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

---

**WENSTON PAULINO BERTO RAPOSO**  
PREFEITO MUNICIPAL